

# O MERCADO DE TRABALHO DOS CIENTISTAS SOCIAIS (\*)

**Maria da Gloria Bonelli**

## **Introdução**

Há perspectivas divergentes na forma de se conceber as ciências sociais. Um dos pontos sujeitos a esse embate refere-se à sua concepção como profissão. Um argumento contrário a tal abordagem é que essa qualificação só se aplica às profissões ditas tradicionais, como a medicina, o direito e a engenharia. Para os que aceitam essa interpretação, as ciências sociais possuem uma outra lógica, que seria inerente ao mundo intelectual. Haveria, portanto, o universo das profissões e o da *intelligentsia*. Implícito na diferenciação estaria o mercado. As profissões viveriam nessa lógica. As mais fortes teriam um controle sobre o mercado. As fracas seriam controladas por ele.

Num outro circuito, distante e alheio ao do mercado, viveriam os intelectuais submetidos à lógica da vida universitária. Esta fundamenta-se na autonomia, na liberdade e no conhecimento especializado. Sua autoridade emergiria da capacidade de formular e de monopolizar conhecimentos. É no âmbito da universidade que se formam os profissionais.

No meu ponto de vista, essa visão dicotômica do mundo do trabalho profissional, em vez de captar sua lógica interna, acaba encobrindo-a, do que resultam várias conseqüências perversas. Se, aparentemente, a disciplina ganha alguma distinção social com o argumento da lógica própria, intelectual, diferente da vigente no mercado, perde-a porque expõe o limite explicativo ou interpretativo que as ciências sociais têm de si mesmas.

Uma outra perversidade dessa visão "isolacionista" é que ela induz a que se busque no seu interior respostas que não se encontram somente lá. Tenta-se diagnosticar e resolver a crise dos paradigmas das ciências sociais, a crise de produção nas ciências sociais, a crise dos cursos de ciências sociais, a crise da escassez de procura nas ciências sociais, a crise da evasão nas ciências sociais, a crise da feminização das ciências sociais e muitas outras.

Minha proposta é analisar as ciências sociais dentro do mundo do trabalho. Só que em vez de olhar o trabalho como uma atividade inerente à vida do operário na indústria, por exemplo, vamos examina-lo sob o prisma do conjunto das atividades desenvolvidas a partir de uma titulação superior.

Para fins analíticos, vamos utilizar o significado do termo profissão que impera na sociologia e na sociedade americana. Lá, profissão pressupõe a existência de um título superior. Se o trabalhador não é formado na faculdade, ele tem uma ocupação. Ser profissional vincula-se à conclusão de um curso superior. (1)

É nesse sistema de profissões que vamos inserir as ciências sociais e analisá-las. Tal sistema é composto por todas as profissões de nível universitário, sejam elas de cunho intelectual ou não. Toda profissão superior tem seu segmento acadêmico. Afinal, tanto os médicos como os enfermeiros, os engenheiros, os advogados ou os pedagogos são formados pelo segmento intelectual dos professores universitários.

Com a expansão do sistema universitário, possuir um título superior adquiriu significados no mundo do trabalho distintos daqueles anteriores atai fenômeno. É uma parte desse mundo e desses significados que vamos analisar. A palavra profissão será usada como uma forma de denominar o trabalho valorizado pela titulação superior. Embora alguns enfoques optem por identificar os intelectuais como integrantes de um mundo à parte, o entrosamento entre universidade e mercado acontece. Na verdade, mais que propor a análise das ciências sociais como uma profissão, a abordagem que desenvolvo quer resgatar a maneira como elas vêm desempenhando seu trabalho no sistema profissional.

Pode ser que a inserção aqui proposta represente uma grande perda para aquela ciência social que se construiu com base em uma imagem distintiva e cobiçada de sua atividade intelectual. Nesse sistema profissional, competindo e sofrendo a competição com outras profissões, as ciências sociais como um todo podem acabar se revelando uma profissão fraca. Mas é

possível que o quadro que se desenhe não tenha essa característica maniqueísta. Ao contrário, o que pretendo demonstrar é que esse modelo apreende melhor a lógica da profissão, tanto na sua relação com o mundo do trabalho a sua volta quanto com seus segmentos internos.

As ciências sociais, como qualquer outra profissão, enfrentam competição direta com seus "vizinhos". Em termos concretos, disputam-se objetos de estudo, vagas no mercado, formas específicas de abordar realidades que qualificam mais a profissionais de uma área que de outra. Disputa-se também a regulamentação que determine o monopólio do exercício das atividades profissionais. Alguns exemplos dessas disputas na área das ciências sociais são: as tentativas de regular o desempenho da atividade de pesquisa, promovida pelo sindicato, procurando bloquear o ingresso de profissionais de outras formações; o exercício da atividade de jornalista, cujo veto aos que não possuem o diploma é confirmado pela última Constituição, como é o caso de vários formados em ciências sociais; as competições com estatísticos, administradores e psicólogos nas atividades de pesquisa de mercado; os embates com os advogados e com os economistas em atividades de cunho mais político, como as assessorias a órgãos públicos, com a disputa entre os enfoques que priorizam os aspectos sociais e os que enfatizam as questões técnicas e jurisdicionais; os conflitos com os assistentes sociais nas atividades voltadas para a intervenção social. A esses tipos de relação denominaremos competição interprofissional.

Já as diferenças de visão e interesse entre os sociólogos que trabalham na pesquisa de mercado, mídia e opinião, e os professores universitários, bem como os atritos entre os profissionais da área de planejamento urbano e os de intervenção social, por exemplo, serão denominados de competição intraprofissional.(2)

A atividade do trabalho é analisada neste modelo integrando uma perspectiva micro com uma macro. Ela nos permite visualizar melhor as diferenças e as semelhanças das ciências sociais com outras profissões. E também dimensiona o que há de específico nas ciências sociais brasileiras e o que há de comum com essa profissão em outros países.

Assim, além de este modelo contrapor-se às visões que isolam umas profissões de outras, buscando explicações apenas no interior de cada uma delas, permite também ultrapassar dois outros diagnósticos que circulam no Brasil sobre as ciências sociais: aquele que localiza a crise no âmbito das ciências sociais brasileiras e aquele que ignora as especificidades do sistema profissional e identifica-o com as crises econômicas do país.

Apesar das diferenças na estrutura sócio-econômica dos Estados Unidos e do Brasil, há grandes semelhanças entre a situação da sociologia no mercado de trabalho americano e brasileiro.(3) A diferença só salta aos olhos se descontextualizarmos a profissão do cenário onde ela está inserida. Vista do Brasil, a sociologia nos Estados Unidos pode parecer bastante privilegiada. Já vista no quadro do trabalho profissional americano, o que sobressai é a proximidade com a posição desfavorável vivida no Brasil.

Há diferenças na história de cada uma, na forma como surgiram e como foram desempenhadas em cada país, na morfologia dos seus grupos profissionais, nos espaços que conquistaram ou perderam, como se organizaram, que tipo de relacionamento mantiveram com o Estado. Essas características são levadas em conta quando focalizadas pela perspectiva microsociológica. Entretanto, o trabalho que desempenham não pode ser focado sem ser inserido numa dimensão macro do sistema das profissões superiores. Com isso, reforço a abordagem que busca compreender o fenômeno profissional por meio de uma lógica própria e inerente a esse sistema. O conhecimento especializado da sociologia já acumulou o suficiente para não precisarmos mais recorrer aos mesmos e ultrapassados subterfúgios explicativos que com frequência surgem aqui e ali.

Em 1976, a imprensa brasileira voltou a editar matérias contando a história das desventuras profissionais da classe média que investiu na sua formação escolar. Tal tipo de reportagem já era uma tradição na mídia, que refletia as insatisfações dos segmentos de escolarização mais alta. No Império brasileiro já se registravam reclamações com tais características. Como consequência do boom universitário, que se iniciou no final dos anos 60, o número 417 da revista *Veja* retomou essa linha editorial com a publicação da reportagem "E depois da faculdade? Universitários sem emprego". Frequentemente o tema volta à baila nos meios de comunicação. Tem aparecido sempre vinculado ao da crise econômica brasileira. É como se fosse um de seus sintomas palpáveis. Esse recurso, compreensível nas características da atividade da imprensa, perde significado nas atribuições da sociologia. São trabalhos diferentes.

Também já não é sem tempo que busquemos compreender o fenômeno profissional em si como um sistema que possui um grau de autonomia e uma lógica própria. Que a crise econômica afeta essa e muitas outras áreas da vida em sociedade é novidade. Mas constatar isso não basta ao trabalho da sociologia. Ela possui os recursos para demonstrar como funciona o sistema das profissões e colaborar para que a questão possa vir a ser pautada pela imprensa de uma nova forma, saindo do círculo vicioso de reavivar as matérias sobre crise econômica utilizando as insatisfações no campo profissional.

Se esse mesmo argumento evidencia como é equivocada a interpretação que localiza e delimita "o problema" das

profissões superiores no âmbito das dificuldades nacionais, também descarta a explicação mais singela da crise nas ciências sociais brasileiras.

Por último, a abordagem aqui adotada dá transparência aos limites das visões que diagnosticam um mau funcionamento das ciências sociais. O que realmente funciona mal são os modelos que propõem a análise de uma profissão fora de seu contexto, isolada do mundo em que trabalha e se defronta com seus competidores. Ao contrário do que apontam outras propostas analíticas, ao enfocarmos as ciências sociais inseridas na lógica do sistema das profissões, elas revelam sua capacidade de interação, de movimento e de mudança.

Em resumo, contraponho-me a dois diagnósticos sobre a situação das ciências sociais e a duas formas de abordar o problema. Meu argumento é que os diagnósticos são limitados porque recorrem a perspectivas analíticas limitadas. Na essência desses diagnósticos tem-se a visão de que há uma crise ou na profissão ou no país. A razão desse equívoco é que ele parte de modelos que olham as ciências sociais de uma forma micro ou de uma forma macro, sem articular as duas dimensões analíticas. A articulação desses dois âmbitos de visão é a contribuição mais relevante introduzida pelo enfoque do sistema das profissões.

Pode ser que alguns identifiquem a noção de sistema com imagens de um funcionalismo harmonioso, onde as estruturas se reproduzem em vez de mudar. Essa é uma interpretação possível, mas retórica. Argumentar que as ciências sociais não podem ser entendidas como uma profissão, ou que suas características intelectuais as diferenciam de outras atividades é, de fato, a imposição de uma harmonia inexistente, por meio do não-enfrentamento analítico do conflito e da competição operantes no mundo do trabalho profissional. Intencionalmente ou não, o conhecimento acumulado mediante essas abordagens pode servir de escudo protetor para a imagem que gostamos de ter do nosso trabalho profissional.

#### **A ASESP - Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (4)**

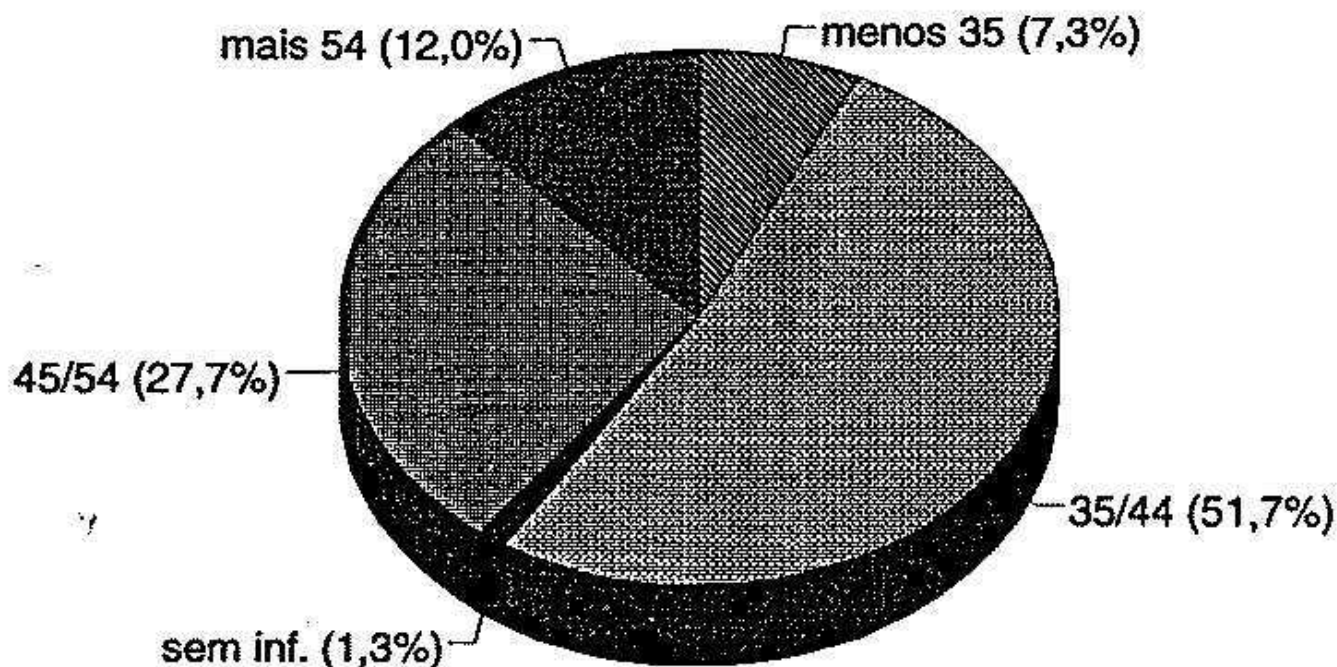
Geralmente, as profissões contam com estruturas de representação dos interesses de seus membros. Possuem sindicatos ou associações da categoria. Essas entidades conseguem acompanhar mais de perto o dia-a-dia da profissão no mercado, tornando-o menos desconhecido. As associações têm uma visão da situação ocupacional de sua clientela e extraem daí suas políticas de ação.

Para as ciências sociais tais informações não se encontravam disponíveis organizadamente. Uma estrutura nacional de representação da categoria ainda estava em vias de ser criada quando iniciei meu trabalho de campo, em 1990.(5) De todos os dados sobre filiação às Associações Estaduais de Sociólogos que reuni, considero que apenas os de São Paulo têm a amplitude necessária a um estudo sobre mercado de trabalho e diferenciação ocupacional.(6)

Assim, vi meu escopo nacional reduzido ao mercado paulista. Esses, em si, são dados significativos sobre a situação profissional, o mercado de trabalho e as estruturas de representação dos cientistas sociais no Brasil. Tal quadro favorece a aparência de que impera o caos no universo da profissão no país. Um primeiro olhar para o conjunto dos 1988 sócios da ASESP fortalece esse senso comum entre os sociólogos. A diversidade de ocupações em outras áreas e a quantidade de sócios sem emprego chamaram a atenção. Os dados a seguir têm por objetivo detalhar o perfil que provoca tal diagnóstico negativo. Entretanto, ao analisá-lo sob a ótica apresentada acima, é possível captar a lógica e o sentido que dão transparência à forma como as ciências sociais se inserem no mundo profissional.

Os dados abaixo nos permitem visualizar qual o perfil do sociólogo filiado à ASESP. Essa é a informação mais ampla que possuímos sobre tal categoria no país. O padrão é uma mulher socióloga (67,7% dos sócios), numa faixa etária intermediária (35-44 anos em 1990) (Gráfico 1), que migrou de sua cidade natal. Estudou principalmente em faculdade pública, concluindo-a nos anos 70, década em que também se filiou à associação. Quando trabalha, ela o faz em um órgão público; que geralmente é do ramo dos estabelecimentos de ensino superior, de ensino de primeiro e de segundo graus ou da administração pública direta. A ausência de ocupação caracteriza-a. As que têm emprego atuam como professoras universitárias, primárias ou secundárias, como sociólogas ou como assistentes, analistas e técnicas.

**Gráfico 1**  
**FAIXA ETÁRIA DOS SÓCIOS DA ASESP, 1990**

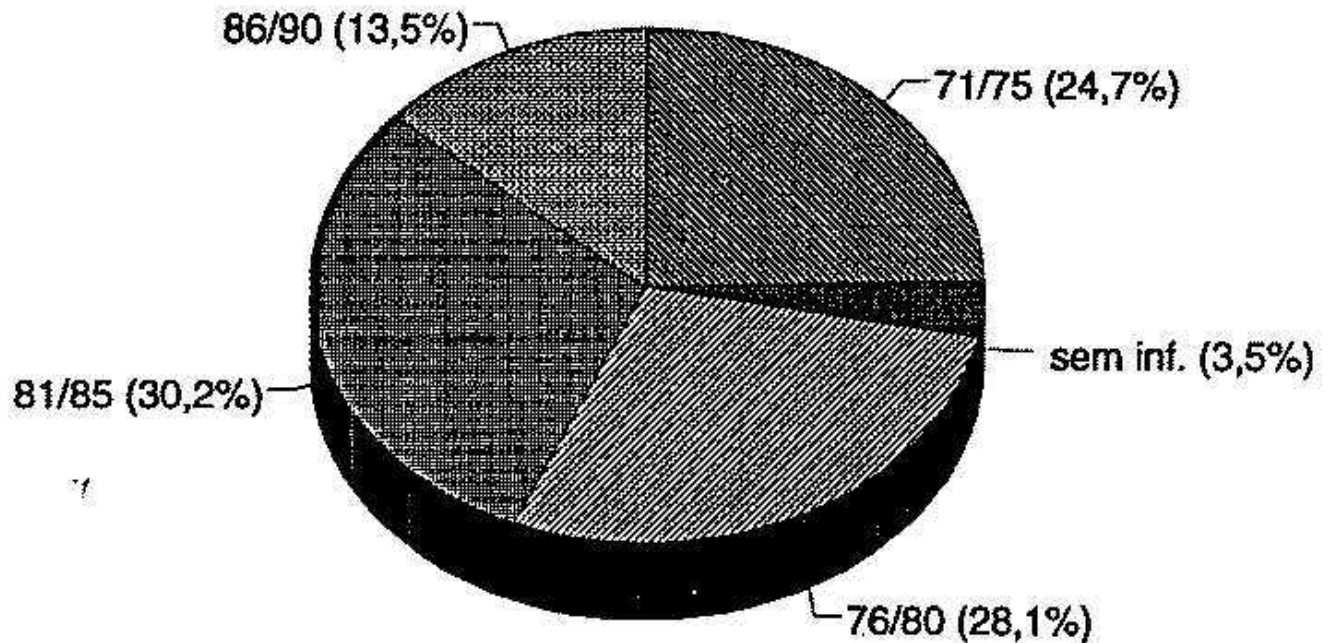


Se esse é o padrão mais encontrado - os valores modais obtidos na amostra -, qualificá-lo nos permite aprofundar o olhar sobre a categoria e identificar algumas das mudanças que estão se processando no mercado de trabalho.

A ASESP não tem conseguido atrair tantos filiados como na década de 70 e primeira metade da de 80, mas essa queda na motivação associativa não é uma característica exclusiva nem dos sociólogos nem do Brasil. Houve também um aumento na concorrência por sócios, com a criação de novas entidades nesse período. O Sindicato dos Sociólogos, por exemplo, que funciona no mesmo prédio da ASESP, foi fundado em 1986. Em 1990, contava com 697 membros, dos quais 268 eram filiados a ambas as organizações e 429 só faziam parte do quadro do sindicato. A Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado (SBPM) - outra associação que congrega sociólogos que trabalham na área de pesquisa de mercado, mídia e opinião - foi fundada em 1981 e, em 1990, reunia cerca de setecentos profissionais, sendo que quase 30% deles eram formados em ciências sociais.

Mais da metade dos sociólogos filiados à ASESP fizeram algum tipo de mobilidade geográfica, migrando do local onde nasceram para São Paulo.(7) Vindos do Norte-Nordeste há 129 sócios (6,5%), do Rio de Janeiro e Minas Gerais há 141 (7,1 %), dos demais estados temos 98 filiados (5,0%) e nascidos no exterior encontramos 105 (5,3%). A parcela de associados que nasceu no interior de São Paulo é de 639 sociólogos (32,2%).

**Gráfico 2**  
**PERÍODO DE INGRESSO NA ASESP**



Quanto às faculdades freqüentadas pelos membros da ASESP, estabelecemos a seguinte classificação: 1) universidades estaduais de São Paulo (USP, Unicamp e Unesp), com 40,2% da amostra; 2) PUC-SP, FESP, PUCCamp e universidades católicas de outros estados, com 35,0%; 3) faculdades municipais oficiais, com 5,6%; 4) todas as universidades federais e as universidades estaduais de outros estados, com 4,5%; 5) demais faculdades e universidades privadas, com 12,1 %; 6) graduação no exterior, com 1,1 % e 7) formação universitária fora da área de ciências sociais, com 1,2%.

Excluindo os que não se formaram em ciências sociais, os que estudaram no exterior e os de que não temos informação, temos uma distribuição entre o ensino superior público e o privado da seguinte ordem: 52% dos membros da ASESP freqüentaram faculdades públicas e 48 % vieram de escolas particulares.

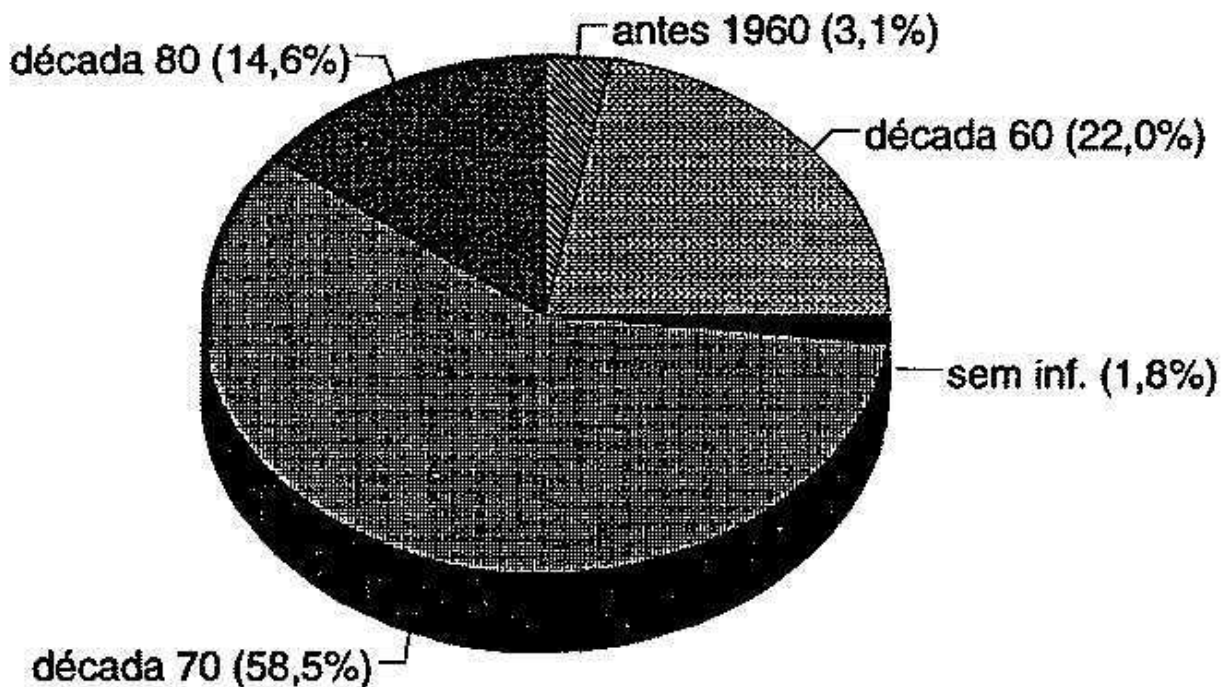
A geração que concluiu o curso na década de 70 compõe a ampla maioria da ASESP, com 58,5% (Gráfico 3). O refluxo nos índices de filiação dos novos contingentes de formados é evidente. A ASESP, que foi criada em 1970, atraiu prioritariamente os sociólogos que se formaram entre 1971 e 1975, mesmo que estes tenham se filiado em períodos posteriores (Gráfico 2). A entidade vincula-se fortemente ao projeto profissional e participativo dessa geração, dando-lhe uma fisionomia.

O período de auge associativo coincidiu com o momento de expansão do sistema universitário, quando as contratações para o corpo docente estavam a pleno vapor. Foi também um momento de expansão das áreas de atuação profissional no mercado de trabalho, impulsionada pelo "milagre" econômico brasileiro. O impacto das mudanças comportamentais no final dos anos 60 encontrou um campo fértil de exercício profissional e de valorização do conhecimento especializado das ciências sociais. A estratégia de atuação da categoria no mercado reflete a sua opção pelos mecanismos de associação e aliança. As poucas áreas que os sociólogos ocupavam e o pequeno contingente profissional até então inviabilizavam estratégias voltadas para reivindicar o domínio de mercados e tentar conquistar monopólios de atuação.(8) A ASESP tinha também um projeto de participação política e social característico da geração que liderou sua expansão buscando a adesão de novos sócios. Detecta-se, nessa geração, sentimentos de constrangimento diante da possibilidade de não tomar parte no projeto coletivo de fortalecer a entidade. Esses sentimentos não são mais observados na geração subsequente, o que fortalece a caracterização da ASESP como um projeto geracional, tanto da perspectiva profissional quanto política. A análise das mudanças no mercado de trabalho ajudam a

compreender a substituição desse padrão associativo pelas novas formas organizacionais mais segmentadas.

### Gráfico 3

#### ÉPOCA DE FORMATURA DOS SÓCIOS DA ASESP



No que se refere à atividade ocupacional, a distribuição dos membros da ASESP foi classificada segundo três critérios: 1) o setor de atividade, 2) o ramo/classe de atividade e 3) a ocupação. Dada a diversidade de denominações utilizadas pelos filiados da ASESP ao declararem suas ocupações, estabeleci 27 subgrupos ocupacionais (Tabela 2). A classificação tomou como base a estrutura da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações).(9) Na classificação dos ramos e classes de atividades estabeleci 36 subgrupos (Tabela1).(10)

Tabela 1

**DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DA ASESP SEGUNDO OS RAMOS/CLASSES DE ATIVIDADES E O SEXO  
(N=1988)**

RAMOS/CLASSES	% TOTAL	% FEM.	% MASC.
Estabelecimentos de ensino superior	15,7%	13,8%	19,7%
Escolas de 1º e 2º graus	9,6%	9,6%	9,4%
Administração estadual direta (governo e secretarias)	8,0%	9,4%	5,2%
Administração municipal direta (prefeitura e secretarias)	6,2%	7,9%	2,8%
Administração estadual indireta (empresas, autarquias e fundações)	4,7%	5,0%	4,1%
Indústrias de construção, transformação e extração	4,8%	4,0%	6,4%
Assistência/beneficência comunitária e social (Sesc, Sesi etc.)	3,9%	2,9%	6,1%
Instituições científicas e tecnológicas	3,8%	3,4%	4,5%
Bancos/instituições de crédito/seguro/capitalização	2,7%	2,2%	3,6%
Empresas publicidade/propaganda/pesquisa de mercado	2,6%	2,6%	2,5%
Administração federal indireta	2,3%	1,9%	2,8%
Imprensa/rádio/TV/difusão bibliog./editora/gráfica	2,1%	2,1%	3,7%
Previdência social (INPS, Iapas etc.)	2,1%	2,6%	0,9%
Serviços industriais de utilidade pública	2,1%	1,7%	3,0%
Administração municipal indireta	2,0%	1,8%	2,3%
Serviços técnico-profissionais de assessoria/consultoria/pesquisa/ análise/processamento de dados	1,5%	1,5%	1,4%
Serviços técnico-profissionais de engenharia/arquitetura	1,0%	0,9%	1,3%
Comércio	0,9%	0,9%	0,8%
Serviços adm. de imóveis/valores mobiliários e locação de mão-de-obra	0,9%	0,9%	0,8%
Serviços de transporte	0,8%	0,7%	0,9%
Sindicatos e associações de classe	0,8%	0,9%	0,7%
Estabelecimentos de serviços médicos, odontológicos e psicológicos	0,7%	0,7%	0,8%
Poder Legislativo	0,6%	0,4%	0,9%
Poder Judiciário	0,5%	0,3%	0,8%
Instituições filosóficas/culturais e organizações cívicas e políticas	0,4%	0,4%	0,2%
Correios/telégrafos/telecomunicações	0,3%	0,3%	0,3%
Estabelecimentos de ensino complementar (línguas, pré-escola)	0,3%	0,3%	-
Administração federal direta	0,3%	0,1%	0,6%
Estabelecimentos de serviços de tradução/reprodução/documentação	0,2%	0,2%	-
Estabelecimentos de serviços de decoração/pintura/escultura	0,2%	0,2%	0,2%
Cinema, teatro, diversões e espetáculos	0,2%	-	0,2%
Estabelecimentos de serviços de contabilidade e auditoria	0,1%	0,1%	-
Estabelecimentos de serviços jurídicos	0,1%	0,1%	-
Prestação de serviços pessoais/domiciliares/de reparação e conservação	0,1%	0,1%	0,2%
Organizações internacionais e representações estrangeiras	0,1%	-	0,2%
Defesa nacional e segurança pública	0,1%	-	0,2%
Sem atividade	17,4%	19,9%	12,2%
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Tabela 2

DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DA ASESP SEGUNDO OS SUBGRUPOS OCUPACIONAIS E O SEXO (N=1988)



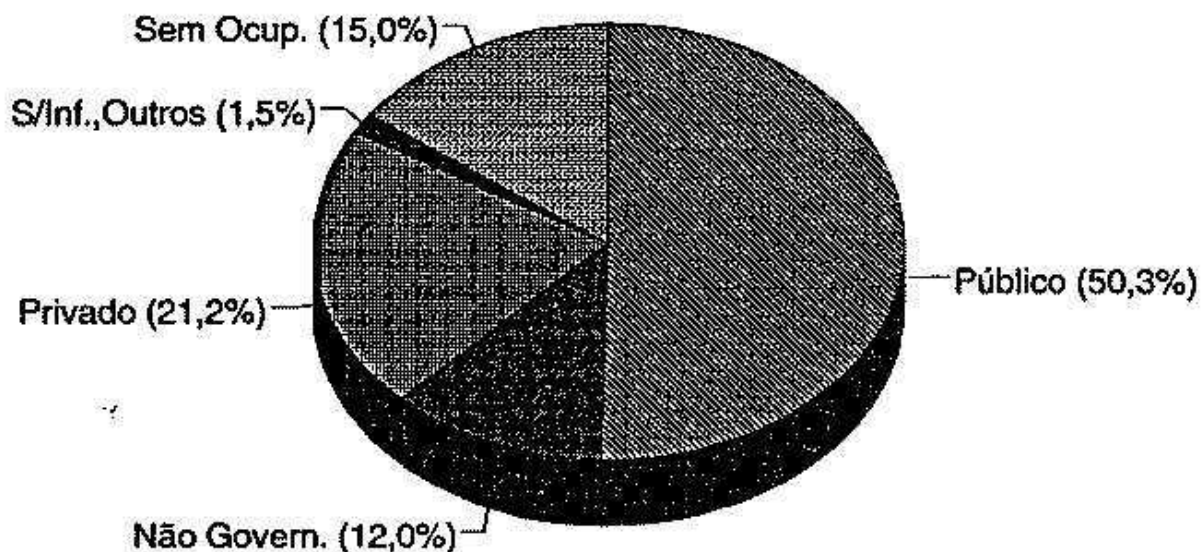
OCUPAÇÃO	% TOTAL	% FEM.	% MASC.
Professor universitário	13,3%	10,9%	18,4%
Professor de 1.º e 2.º graus	9,6%	9,8%	9,1%
Sociólogos (sem especificação)	7,0%	9,0%	3,0%
Assistentes, analistas e técnicos	5,7%	6,8%	3,3%
Pesquisadores acadêmicos e pós-graduandos	3,0%	3,1%	2,7%
Funções burocráticas e de escritório	3,0%	3,4%	2,3%
Chefias intermediárias nas atividades técnicas de ciências sociais (consultores, supervisores, etc.)	2,1%	1,9%	2,5%
Funções de contadores, economistas e técnicos de administração (analista de O&M, de RH)	1,8%	1,5%	2,5%
Ocup. auxiliares das c. sociais, estatística e análise de sistema (codificador, estagiário)	1,7%	2,0%	0,8%
Funções de assist. sociais e pedagogos (educ. social, educ. de saúde pública)	1,6%	1,9%	0,8%
Administradores/diretores/gerentes nas empresas	1,4%	0,8%	2,5%
Deputado/diretores/chefes superiores/assessores de políticos e de diretoria na adm. pública	1,3%	0,8%	2,3%
Chefes intermediários e encarregados de seção de serviços administrativos	0,9%	0,4%	1,9%
Escritores/jornalistas/assistentes editoriais/ assessores de imprensa/produtores	0,7%	0,4%	1,1%
Treinadores e instrutores	0,5%	0,2%	1,1%
Funções de matemático, estatístico e analista de sistema	0,4%	0,4%	0,3%
Funções de publicitário/relações-públicas/ assistente de marketing/planejador de mídia	0,4%	0,4%	0,3%
Advogado/procurador/promotor	0,2%	0,1%	0,4%
Escrivães, oficiais de justiça e escreventes	0,1%	0,1%	-
Free-lancer/tradutor autônomo/profissional liberal	0,2%	0,2%	0,2%
Funções de agrônomos e afins (técnico em cooperativismo/assist. planej. agropecuário)	0,2%	0,1%	0,2%
Empregadores	0,1%	-	0,2%
Artistas, ocupações afins e auxiliares (operador de vídeo)	0,1%	0,1%	-
Ocupações da indústria de transformação (operador industrial)	0,1%	-	0,2%
Vendedores e representantes comerciais	0,1%	-	0,3%
Ocup. da defesa nacional e segurança pública (segundo-sargento, oficial)	0,1%	-	0,2%
Sem ocupação	15,0%	17,6%	9,5%
Com ocupação, mas sem informação sobre função*	29,5%	27,9%	34,1%
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

\* Um dos modelos de ficha de filiação da ASEP não perguntava a ocupação do filiado, embora pedisse o local onde trabalhava. Esses filiados foram agrupados nesta categoria.



#### Gráfico 4

### ÉPOCA DE FORMATURA DOS SÓCIOS DA ASESP



Esse levantamento demonstra que o setor público é o maior empregador dos cientistas sociais no Brasil (Gráfico 4). Embora o ramo que reúna a maior frequência seja o dos estabelecimentos de ensino, com 25,3 % dos filiados, e as ocupações de maior concentração sejam as de professor universitário (13,3%) e professor de primeiro e segundo graus (9,6%), é a diversificação que dá o tom na amostra. Até a década de 50, ser professor era a alternativa profissional quase exclusiva dos formados em ciências sociais. Hoje, a maioria deles desempenham atividades fora do universo docente.

As denominações ocupacionais ilustram dois fenômenos: as tarefas realizadas nas fronteiras e nos campos de outras profissões superiores, e o desempenho de atividades nas quais o título superior aparece como uma oferta de escolaridade maior do que a função poderia demandar. Mas todos possuíam alguma identidade como sociólogos, já que se filiaram à associação.

A primeira categoria, a dos profissionais em áreas de fronteira, é mais numerosa do que a segunda. Os filiados da ASESP que desempenham atividades que geram um desequilíbrio de status entre a titulação e a ocupação não chegam a 7% do total. Já os que disputam posições com outras profissões superiores são, pelo menos, 17%. Na situação inversa, em que os sociólogos sofrem a competição de outras profissões, vêm-se quase 20%. A única atividade encontrada na amostra que poderia sofrer, menos esse tipo de impacto é a de professor universitário. Nesse grupo há 13,3% dos filiados, mas aí também se registram pessoas que redirecionaram suas carreiras, sendo provenientes de outras formações das ciências humanas. Declaradamente sem ocupação eram 15% na amostra. **(11)**

Embora saibamos que um contingente expressivo dos formados em ciências sociais exerce atividades não vinculadas diretamente à qualificação obtida, desempenhando funções burocráticas e administrativas que, a princípio, não requerem a especialização adquirida com o diploma superior, esse não é o perfil dos sócios da ASESP. Como vimos acima, menos de 7% dos filiados encontram-se em posições que poderiam caracterizar um sobreinvestimento escolar.

Em entrevistas qualitativas que realizei com formados em cursos privados de ciências sociais que não se profissionalizaram na área, dedicando-se ou às tarefas da criação de filhos e da vida familiar ou exercendo atividades administrativas, principalmente em bancos, observei que esses informantes eram os que mais reconheciam a relevância do curso de ciências sociais nas suas vidas pessoais. No primeiro caso, o curso aparece como um qualificador na compreensão do mundo, na mudança da forma de perceber a vida, no desenvolvimento de uma visão crítica e globalizante da sociedade. No segundo, o curso viabilizou o acesso a um diploma superior, que permitiu promoções internas decorrentes não só do fato automático de possuir nível de terceiro grau, mas de ter também uma competência associada a uma visão generalista, diferenciada, sendo capaz de compreender os mecanismos que engendram a vida social e política.

O grau de insatisfação com o curso de ciências sociais e com o que essa experiência viabilizou nas suas trajetórias era bem menor que o detectado entre os que se profissionalizaram na área, principalmente entre aqueles que ocupavam as posições mais cobiçadas na hierarquia interna da profissão, como é o caso dos professores universitários. Para estes últimos, do ponto de vista objetivo, cursar ciências sociais fez mais diferença no destino profissional do que para os primeiros. Eles conseguiram reverter em profissionalização o investimento feito na escolaridade e ocupar uma das poucas posições disponíveis nesse segmento. Os professores universitários são 4,5% do estoque de profissionais de ciências sociais, mas é nessa posição que encontramos a geração que vai atuar na ASESP.

Apesar de a maioria dos formados em ciências sociais ter cursado escolas particulares, já que o sistema de ensino privado expandiu-se mais do que o público, são os sociólogos que freqüentaram as universidades públicas que predominam entre os membros da associação. O maior investimento na escolaridade, procurando ingressar nos melhores cursos, desencadeia descontentamentos maiores com o retorno obtido. A organização da entidade e seu projeto vinculam-se a um grau maior de insatisfação, canalizado para a defesa dos interesses profissionais e políticos.

Dos formados nas três escolas que escolhi para aprofundar a análise por meio de entrevistas qualitativas (USP, PUC-SP, FESP), (12) foi entre os da USP que registrei a maior insatisfação.

As estratégias de proteção profissional partiram daqueles que estavam nos segmentos das ciências sociais menos expostos às disputas do mercado de trabalho, alocados no setor público, em posições do topo da hierarquia da profissão. Outra diferença entre o conjunto da categoria e os sociólogos que lideraram esse segmento e essa estratégia associativista é que nessa posição os homens predominam. Também é entre eles que o grau de descontentamento é maior.

Mediante o cruzamento dos dados da ASESP obtemos uma visão mais qualificada de quem ocupa qual posição no mercado de trabalho. Assim, confirmamos que as mulheres, por serem o maior contingente de filiados (2/3 do total), são 58% do setor não governamental sem fins lucrativos, 61 % do privado, 70% do público e 79% dos que não têm trabalho. Entretanto, se analisarmos a distribuição relativa dos gêneros pelos setores, verificamos que os homens têm uma presença superior à das mulheres em todos eles, excluindo-se o setor público. Aí estão 51,7% das mulheres e 47,3% dos homens. Eles entram com 26% contra os 19% de mulheres no setor privado e com 15,5% do setor não governamental sem fins lucrativos contra 10,3% de mulheres. É principalmente sob a "proteção do Estado" que as mulheres conseguem manter alguma liderança.

Quanto aos ramos e classes de estabelecimentos onde as pessoas da amostra trabalham a situação é semelhante. Em números absolutos as mulheres são maioria em quase todos os subgrupos. Os homens só aparecem na frente nas organizações internacionais e representações estrangeiras, no governo federal direto e na defesa nacional e segurança pública.

Analisando a distribuição relativa dos sexos pelos ramos e classes de estabelecimentos verificamos que a liderança feminina cai de 32 subgrupos para cinco subgrupos, a saber: previdência social, governo estadual direto, governo municipal direto, governo estadual indireto e nos classificados como sem-trabalho (Tabela 1).

A liderança masculina se faz presente em quinze subgrupos: nos serviços industriais de utilidade pública, nas indústrias, nos bancos e instituições de crédito, no subgrupo de comunicações, nos estabelecimentos de ensino superior, nos serviços técnico-profissionais de engenharia e arquitetura, no subgrupo da assistência e beneficência dos serviços comunitários e sociais, nas instituições científicas e tecnológicas, no poder legislativo, no poder judiciário, no governo federal direto, no governo federal indireto, no governo municipal indireto, nas organizações internacionais e representações estrangeiras, e na defesa nacional e segurança pública.

Se para os tipos de estabelecimentos detectamos um comportamento diferente em relação aos sexos, quando analisamos a distribuição pelas ocupações verificamos que, apesar de os homens serem minoria na amostra (cerca de 1/3), eles conseguem liderar treze das 28 ocupações relacionadas. Estas são: empregador; diretores e chefes superiores na administração pública; administradores, diretores e gerentes de empresas; chefes intermediários e encarregados de seção de serviços administrativos; treinadores e instrutores; advogados e procuradores; jornalistas; ocupações da indústria de transformação; vendedores e representantes comerciais; ocupações da defesa nacional e segurança pública; chefias intermediárias nas ciências sociais; professores universitários, e funções de contadores, economistas e técnicos de administração (Tabela 2).

Há, portanto, duas discriminações em relação ao gênero que interagem: a dos estabelecimentos e a da ocupação. Há uma incidência maior de homens em todos os setores não públicos. Eles lideram a distribuição relativa aos sexos nos ramos e classes de estabelecimentos-chaves para uma profissionalização nitidamente mais elitista. São maioria absoluta em ocupações bem posicionadas na hierarquia interna da profissão.

Há liderança feminina em sete ocupações, a saber: funções burocráticas e de escritório; ocupações auxiliares das ciências

sociais; assistentes, analistas e técnicos em ciências sociais; sociólogos; ocupações semelhantes à de assistentes sociais e pedagogos; artistas e as ocupações afins, e sem-ocupação.

A análise de como as oportunidades de trabalho se diferenciam em função do gênero dá maior transparência à profissão. Não é novidade que há discriminação. Mas o fato de essas desigualdades observadas nos estabelecimentos encontrarem alguma reprodução nas ocupações evidencia uma discriminação implementada pelo conjunto de seus membros. É como se fizesse parte da profissão, entrosando a situação externa com a interna. A discriminação não é necessariamente uma determinação só do mercado. Pode ser vista também como a forma de a profissão preservar a atração de algum contingente masculino para seu corpo. A seleção profissional não é feita num mercado em abstrato. Há pares selecionando seus pares. São homens e mulheres escolhendo outros homens e mulheres para desempenho da profissão. Os professores aprovam seus novos colegas, os chefes de pesquisa recrutam suas equipes, os gerentes selecionam seu pessoal etc. No caso das posições voltadas para a gestão da profissão, há situações nas quais eles são inclusive eleitos, como nas entidades representativas.

As diferenças de comportamento em relação ao sexo masculino e feminino têm feito parte do funcionamento interno da profissão no sistema profissional. As ciências sociais entram nesse circuito com a característica de serem femininas, mas vendendo a imagem de uma seletividade posterior. Afinal, o contingente que se profissionaliza conta com uma sobre-representação da participação masculina, enquanto uma parcela expressiva das mulheres que se formam não ingressa na disputa pelo mercado. Há quem veja esse contingente como um exército de reserva na proletarização da profissão. As mulheres que entrevistei não se vêem assim. Elas são parte real da lógica de funcionamento das ciências sociais. Constituem uma audiência indispensável nas salas de aula, no consumo do que a profissão produz e na sua divulgação. Aumenta também o contingente apto ao mercado, dando maior poder à profissão nas competições interprofissionais, por recursos, campos de atuação, clientelas e regulamentações.

Uma diferença entre o perfil das ciências sociais no Brasil e o da sociologia nos Estados Unidos diz respeito à participação feminina na profissão. No Brasil, as ciências sociais se feminizam já no seu nascedouro, como decorrência da necessidade de garantir uma audiência para o curso recém-criado na USP. Dado o desinteresse da elite local pelo curso, freqüentando-o nos primeiros seis meses mas não retornando depois, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras estabeleceu um convênio com o Instituto de Educação, passando a contar com a demanda das normalistas, que ficavam dispensadas de lecionar e preservavam seus salários. (13)

Nos Estados Unidos, a feminização da profissão é bem mais tardia e se vincula à queda da procura dos cursos de sociologia por parte do contingente masculino. O montante de mulheres se mantém relativamente estável enquanto o número de homens inscritos declina nas décadas de 70 e 80. Em 1971-2, no momento de pico no número de titulações de bacharéis em ciências sociais, os homens eram 100.879 e as mulheres somavam 57.158. Em 1984-5, no momento de maior refluxo, eles eram 51.172. As mulheres haviam declinado bem menos, chegando a 40.289. O final da década mostra uma recuperação da área e da participação masculina (Conelli, 1993b).

Se a inclusão das normalistas no curso da USP foi uma estratégia de sobrevivência para as ciências sociais, de uma perspectiva profissional o resultado foi bem mais amplo. Ela representou um diferencial positivo para a participação feminina no mercado de trabalho. A proporção de mulheres ocupando posições no meio acadêmico brasileiro é superior à americana. Lá, as alunas da década de 80 representaram a manutenção de uma demanda que vinha caindo acentuadamente. Em ambas as situações, no Brasil ou nos Estados Unidos, a chegada feminina à profissão tem muito pouco de invasão. As evidências são de que elas ocuparam espaços vagos, devido ao desinteresse masculino pela área. Nas atividades profissionais nas quais os homens continuam tendo interesse, como é o caso do meio acadêmico, o ingresso feminino tem de enfrentar a barreira da segmentação.

Outro aspecto qualificador da situação dos profissionais no mercado de trabalho é a análise das diferenças etárias da amostra. Em primeiro lugar, constatamos que o setor público é o principal empregador para todas as faixas etárias (50,5% do total da amostra), seguido do setor privado (21,1 %) e do não governamental sem fins lucrativos (12,0%). Há 15% sem trabalho.

Em segundo lugar, verificamos que, quanto mais jovem é o profissional, maior é o peso relativo que tem entre os sem trabalho. Para os nascidos até 1945 a dimensão sem trabalho é a que aglutina o menor percentual de casos. Já para os nascidos entre 1946 e 1950, o número sem trabalho ultrapassa o setor não governamental sem fins lucrativos ocupando o terceiro lugar na classificação. Para as gerações nascidas a partir de 1956, a categoria sem emprego passa a ocupar a segunda posição ultrapassando também o setor privado.

Todas as formas associativas que têm objetivos protecionistas favorecem os mais antigos em detrimento dos mais jovens, os que chegaram primeiro em detrimento dos que vieram depois. As entidades profissionais se propõem a desenvolver laços comunitários e de identidade numa perspectiva de defesa da categoria. Pode-se tentar amenizar tal situação de dilema, em que impera a lógica da defesa dos mais antigos, embora com um discurso de incorporação de novas gerações e setores. O fato é que

esse conflito, concretizado mediante a diversificação e o surgimento de novos interesses, é mais sentido do que a idéia da representação igualitária da categoria. As dificuldades em difundir o sentimento de categoria unitária residem no fato de ela, como as demais profissões, ser uma categoria não unitária. Podemos responsabilizar a mudança de valores da geração de 60-70 para a de 80-90 por esse comportamento. Mas a questão vai além. Essas estruturas criam dificuldades para os que estão chegando. Por mais que elas se apresentem falando em nome de todos, não conseguem representar a todos. Há interesses e identidades diferentes não só entre segmentos, mas também entre gerações. Observamos inclusive que estas se distribuem diferenciadamente entre os segmentos, mudando a morfologia da profissão.

O aumento na procura pelo Sindicato dos Sociólogos em detrimento da filiação à ASESP, a partir de 1986, reflete esse fato. E uma nova entidade, com um novo perfil de sociólogo organizando seus próprios interesses. Como mostram os dados abaixo, a mudança no perfil é perceptível também entre as gerações mais novas, que se sentiram motivadas a se filiar, tanto ao sindicato quanto à ASESP.

As diferenças nas posições ocupadas por essas gerações podem ser vistas no período de formatura. Ao cruzarmos os ramos e classes de estabelecimentos por período de titulação constatamos que os formados até 1975 lideram os seguintes subgrupos: indústrias; comunicações; ensino superior; publicidade, propaganda e pesquisa de mercado; governo estadual direto, e defesa nacional e segurança pública.

Para os formados a partir de 1976 os estabelecimentos que se expandiram como mercado dos sociólogos são: previdência social; serviços técnico-profissionais de engenharia e arquitetura; governo federal indireto; instituições filosóficas e culturais; governo estadual indireto; governo municipal indireto; serviços pessoais, de alimentação, de alojamento e de conservação; os serviços de transporte, e os serviços de administração de bens imóveis e valores mobiliários. Os sem trabalho também crescem a partir daí, atingindo seu ápice entre os formados em 1986-90.

As áreas que configuram o mercado de trabalho mais característico das ciências sociais, e que são as mais cobiçadas, concentram as pessoas da geração formada entre 1971 e 1975. A ASESP acaba de ser criada. A comparação desse contingente com os demais revela uma situação profissional extremamente favorável ao preenchimento de posições no campo estrito das ciências sociais. No período de 76-80 os profissionais aumentam a disputa por campos de atuação com outras profissões.

A partir de 1981 esse processo se intensifica. Para nossa amostra, expandiram-se nesse período os seguintes subgrupos de estabelecimentos: serviços industriais de utilidade pública; comércio; serviços técnico-profissionais de assessoria, consultoria, pesquisa, análise e processamento de dados; serviços profissionais jurídicos e de contabilidade e auditoria; assistência e beneficência nos serviços comunitários e sociais; sindicatos e associações de classe; instituições científicas e tecnológicas, e governo municipal direto.

Para o último período (86-90), além dessa disputa por mercados diferentes, há um aumento da liderança nos subgrupos menos privilegiados da hierarquia profissional. Tais posições são: os sem emprego; os serviços médico-odontológicos e psicológicos; organizações internacionais e representações estrangeiras; os bancos e as instituições de crédito; os professores de primeiro e segundo graus; os professores de outros estabelecimentos de ensino paralelo; os serviços de pintura, desenho e decoração, e o poder judiciário. Excluindo as posições docentes, a maioria das ocupações nesses grupos estão ligadas às atividades burocráticas e administrativas.

Os estabelecimentos de ensino superior partem de uma posição em que aglutinam a maioria dos formados até 1965 e vão decaindo paulatinamente com o passar dos anos. Para o período de 71-75 eles já são ultrapassados pelo contingente classificado como sem trabalho, que segue crescendo até 1990.

Se ingressar nos estabelecimentos de ensino universitário era o caminho natural da profissionalização para as gerações de formados até 1970, a partir daí essa perspectiva foi se tornando cada vez mais distante. A diversificação do mercado de trabalho coincidiu com a necessidade de se buscar novas ocupações.

Procurando detectar a existência de relação entre o tipo de curso frequentado pelo associado e a posição no mercado de trabalho, procedemos ao cruzamento dessas variáveis. Os egressos dos cursos de ciências sociais da PUC-SP, FESP e PUCCamp e das demais faculdades particulares lideram o setor privado e os sem trabalho. Os sócios que não cursaram as ciências sociais têm uma alta concentração no setor não governamental sem fins lucrativos. Os formados na USP, Unicamp e Unesp e os que estavam no exterior trabalham principalmente no setor público.

As ocupações lideradas pelos formados na USP, Unesp e Unicamp e pelas universidades federais são: diretores, chefes superiores, assessores de diretoria na administração pública; professores universitários; jornalistas e escritores; pesquisadores e pós-graduandos. As ocupações de analistas, assistentes e técnicos em ciências sociais, as de agrônomos e afins, e as de

assistentes sociais apresentam maior concentração apenas para USP, Unesp e Unicamp.

Há liderança da PUC-SP, FESP, PUCCamp nos seguintes subgrupos: diretores, administradores e gerentes; chefes intermediários nos serviços administrativos; chefias intermediárias nas ciências sociais; sociólogos; treinadores e instrutores; advogados e procuradores; publicitários e relações-públicas, e sem ocupação.

Vê-se que nas ocupações ligadas à atividade docente ou acadêmica predominam os formados na USP, Unesp e Unicamp e nas universidades federais. Nas ocupações ligadas à atividade de gestão no setor privado sobressai contingente deformado pela PUC-SP, FESP, PUCCamp. As demais faculdades privadas e as faculdades municipais apresentam liderança apenas em ocupações classificadas nas posições inferiores na hierarquia da área.

As redes de relacionamentos e de interações estabelecidas na preparação do profissional estruturam-se setorialmente como a economia, conectando a formação na universidade pública principalmente ao mercado de trabalho público, e a formação nas escolas privadas ao setor privado do mercado.

Considerando que todos os associados filiaram-se à ASESP entre 1971 e 1990, podemos ter uma noção da mudança no perfil ocupacional da amostra ao longo dessas duas décadas. O cruzamento da ocupação com os períodos de filiação revela que apenas os professores de primeiro e segundo grau expandiram-se constantemente entre 71-5 e 86-90. A motivação para se associar tem sido crescente nessa ocupação. Para as ocupações de professor universitário, sociólogo, jornalista, agrônomo e publicitário e relações-públicas o movimento detectado é o inverso. Registra-se um declínio constante na filiação desses profissionais entre 71-5 e 86-90. As ocupações que apresentam crescimento na década de 70 e começam a declinar no primeiro período da década de 80 são a maioria.

Portanto, se na década de 70, quando a associação foi criada, houve motivação para a filiação de sociólogos que se encontravam nas mais diversas ocupações, na década de 80 esse fenômeno é nitidamente mais acentuado entre os que estavam como professor de primeiro e segundo graus. Isso configura uma mudança no perfil da ASESP para o período mais recente, que não corresponde necessariamente à mesma situação encontrada no mercado de trabalho. O magistério tem um perfil profissional claramente definido, com um contingente ainda mais feminizado que o dos sociólogos. A maioria dos filiados da ASESP que atuam no magistério são do sexo masculino, o que pode indicar uma opção que os distingue da atividade mais feminina, priorizando a identidade como sociólogo.

Ao analisarmos o mercado de trabalho pela amostra segundo os setores de atividade, os tipos de estabelecimento e as funções desempenhadas, visualizamos a situação desse mercado de uma maneira mais global. Há diferenças na estrutura de cada um dos setores de atividade, embora os professores universitários em estabelecimento de ensino superior ocupem sempre a primeira posição na distribuição interna a todos os setores. Esse dado nos permite qualificar o tipo de ocupação para o qual o sócio da ASESP é recrutado, quando ingressa nos diferentes tipos de estabelecimento, em cada setor da economia.

Verificamos que no setor público o desempenho das funções afetas diretamente às ciências sociais encontram-se em número maior do que no setor privado e no não governamental sem fins lucrativos. As funções burocráticas e de escritório aparecem entre as dez primeiras ocupações com mais incidência de sócios, nestes dois últimos setores.

O espaço de atuação para as ciências sociais no mercado de trabalho está intimamente conectado ao Estado. Mas essa não é uma característica nacional. O perfil ocupacional dos sociólogos norte-americanos, que trabalham nos segmentos da prática sociológica - o que exclui a academia -, demonstra que eles também têm o setor público como principal empregador. Dos sócios da American Sociological Association (ASA) que trabalhavam nessas atividades e possuíam o título de MA (mestre), 45,8% estavam empregados nos governos federais, estaduais e locais. O setor não governamental absorvia 25,7%, o privado ficava com 18,6% e 9,7% trabalhavam por conta própria. Quando a titulação era mais elevada, como é o caso do Ph. D. (doutor), a participação do setor público na distribuição do emprego era menor. Tendo esse nível de escolaridade, 35,5% dos sócios da ASA trabalhavam em órgãos públicos.

As ocupações de assistente social e pedagogo e as de técnico em administração, economista e contador refletem o grau em que os sociólogos competem ativamente com atividades afetas a outras profissões. Eles ingressam nessas áreas recortando o trabalho pelo enfoque da profissão de sociólogo e disputam a função atribuindo-lhe uma conotação sociológica. Se, em maior ou menor grau, essas profissões "vizinhas" não possuem o controle e o monopólio do mercado, a visão sociológica conquista uma entrada e uma forma de olhar a atividade que acaba se incorporando ao seu universo profissional. Não se trata apenas de fazer o trabalho de outra profissão, mas de trazer a atividade para o campo da sociologia. É essa a característica da disputa. Ou se tem força para monopolizá-la, como é o caso da medicina, ou se tenta evitar que outros conquistem tal domínio, na lei ou, pelo menos, na prática.

Se encontramos sociólogos exercendo atividades relacionadas a outras profissões superiores, temos também a situação inversa. Registramos na nossa amostra 23 informantes (1,2%) que não possuem o curso de ciências sociais e atuam nessa área do mercado de trabalho. Há, entre eles, a ocupação de professor universitário, de chefia intermediária nas atividades técnicas de ciências sociais, de treinador e instrutor, e de autônomo free-lancer.

Conforme foi sugerido acima, o surgimento de novas entidades que agregam sociólogos em função de sua especialização no mercado de trabalho aponta a necessidade de defender interesses diversificados e competitivos. Uma dessas entidades é a Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado.

A área de pesquisa de mercado ilustra a competição intra e interprofissional. São os cientistas sociais que mais contribuem com profissionais para os quadros da SBPM. Tal segmento da profissão participou da organização dessa entidade por identificar nela uma forma mais adequada de ver seus interesses representados. No âmbito da competição intraprofissional, essa geração de pesquisadores construiu seu canal organizacional.

Por meio da associação com profissionais de outras formações universitárias, a SBPM procura configurar um mercado seu, com um perfil de atividades que lhe seria inerente. Da mesma forma, essas atividades são recortadas diferenciadamente, em função do conhecimento especializado de cada uma dessas profissões superiores. Junto com os sociólogos atuam na SBPM administradores, psicólogos, profissionais de propaganda e marketing, de comunicação, economistas, estatísticos e matemáticos. Todos vão redesenhar a atividade que exercem no segmento da pesquisa de mercado, opinião e mídia imprimindo-lhe a ótica da sua formação. Disputam espaços e maneiras de focar o objeto conquistando, na prática, um mercado de trabalho. Aliam-se entre si contra competidores de outros segmentos que atuam, por exemplo, na criação das peças publicitárias ou na promoção de vendas. Aqui a estratégia é de reforçar a importância da pesquisa para o sucesso da propaganda. Os sociólogos que trabalham nesse segmento desenvolvem principalmente atividades de planejamento e análise, de atendimento a clientes, de pesquisa de campo, de tabulação e de recrutamento. Na realização cotidiana do trabalho, vivenciam a competição intra e interprofissional que estrutura o sistema abstrato das profissões.

## **Conclusões**

Se o perfil acima não dissipa totalmente a aparência de caos na profissão, ao menos permite que comecemos a visualizar alguns aspectos da lógica que movimenta a área. Em primeiro lugar, para aqueles que identificam na feminização da atividade uma das razões do caos, os dados mostram que esse processo continua bastante sujeito à predominância masculina na maioria das ocupações. Os homens têm uma sobre-representação no mercado de trabalho que parece adequada a uma lógica interna, tanto feminina quanto masculina.

Em segundo lugar, a situação das associações referenda o argumento de que as entidades profissionais procuram construir a imagem de que defendem uma categoria unitária e comum, cuja existência prática é tão questionável quanto a capacidade de defendê-la igualmente. O dilema colocado às associações é que elas precisam conquistar novos sócios, ao mesmo tempo que priorizam os interesses dos sócios mais antigos. Crer numa categoria unitária aparentemente apazigua a contradição, mas o resultado prático não é tão eficaz. O número de filiações cai enquanto vão surgindo novas formas organizativas. Tal característica não é exclusiva nem dessas associações, nem da profissão, nem do país.

A ASA vivenciou uma queda no número de seus filiados no início dos anos 80, mas encerrou a década em fase de recuperação, o mesmo ocorrendo com os demais números afetos à sociologia americana. Em 1978, no seu ápice, ela possuía mais de 15 mil sócios e em junho de 1983 atingiu seu ponto mais baixo, sendo o total de sócios reduzido para menos de 11 mil. Em dezembro de 1990 esse número havia retornado para a casa dos 13 mil membros.

Achar algum equilíbrio para a balança desse dilema é o desafio cotidiano que as associações enfrentam. Mas é possível que essa situação seja diferente quando a filiação for quase um ato compulsório ou um pré-requisito para o exercício profissional, como acontece nos conselhos de medicina ou na Ordem dos Advogados. Esses casos demonstram como as duas profissões mais fortes do sistema profissional conseguem preservar-se nessa posição, articulando o monopólio do conhecimento com o controle do credenciamento para o exercício profissional e a proteção jurisdicional de seu mercado.

## **NOTAS**

\*. Esta pesquisa é parte de minha tese de doutorado "Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais", defendida no IFCH/Unicamp em maio de 1993. Conteí com o apoio da FAPESP, do CNPq e da Fulbright Commission por meio dos respectivos programas de bolsas de doutoramento. Recebi também dotações para pesquisa provenientes dos recursos do INEP/MEC, do NPP/FGV e da Fundação Ford/Anpocs. Agradeço à ASESP a gentileza de colocar seu arquivo de dados à disposição deste estudo.

1. Uma discussão sobre as diferentes formas de se denominar tais trabalhadores, como profissionais, técnicos, experts, agentes da técnica e da disciplina,

tecnocratas, intelectuais e *intelligentsia*, pode ser encontrada em Freidson, 1986.

2. A noção de competição interprofissional e intraprofissional dando corpo ao sistema das profissões foi extraída de Abbott, 1988.

3. Ver artigo de minha autoria em que desenvolvo o estudo do caso norte-americano (Bonelli, 1993b).

4. A Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo contava com 1988 fichas de filiados em 1990. Os dados analisados aqui foram extraídos dessas fichas. Por falta de recursos não pude coletar os dados dos filiados ao Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo. Embora a entidade seja mais recente, contando com dados mais atualizados sobre seus membros, a quantidade total de sócios era bem menor que aquela reunida pela ASESP. Minha opção foi analisar a entidade que reunia o maior contingente de formados em ciências sociais.

5. Hoje já existe uma Federação dos Sociólogos, sediada no Pará.

6. Consegui coletar os dados sobre os filiados à APSEJ - Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro. O número total de filiados à época da coleta (1990) era de 140 casos válidos, quantidade que considerei pouco representativa da categoria no Rio de Janeiro.

7. As informações disponíveis nas fichas não permitem afirmar o total de migrantes. Sabemos que é, pelo menos, de 56%. Nascidos na capital de São Paulo temos 12,3 % e nascidos em São Paulo, mas sem podermos especificar se na capital ou no interior, temos 21,8% dos filiados. Sobre 9,3% da amostra só sabemos que nasceram no Brasil e sobre a origem de 0,6% não temos nenhuma informação.

8. A Federação e os sindicatos dos jornalistas obtiveram uma vitória legal com essa estratégia de domínio e controle de mercado. Conseguiram incluir na Constituição de 1988 uma regulamentação aprovada em 1969 que estabelecia a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o desempenho profissional.

9. Essa classificação das ocupações foi extraída da RAIS (Relações Anuais de Informações Salariais) e é adotada pelo IBGE.

10. Para a estrutura dos ramos e classes de estabelecimentos baseamo-nos no critério adotado pelo IBGE. Assim, não foram classificados nos subgrupos da administração pública os estabelecimentos dos seguintes ramos: serviços médicos, serviços industriais de utilidade pública, bancos, previdência social, serviços de transportes e ensino. Para cada um deles há um subgrupo adequado a sua classificação. Além disso, o IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas - foi classificado no subgrupo das instituições científicas e tecnológicas.

11. Agrupados como exercendo atividades geradoras de desequilíbrio de status estão os filiados que se encontram em ocupações de auxiliares, aqueles em funções de escritório, os professores de primeiro grau, entre outros. Nas atividades de fronteira classifiquei os que exercem funções com o nome de outra profissão, como economista, assistente social, geógrafo, matemático, administrador etc. As áreas das ciências sociais que sofrem a competição de outras profissões são as que constituem o núcleo central da área, como sociólogos, técnicos em pesquisa, pesquisadores, pós-graduandos etc.

12. A análise dessas entrevistas qualitativas é desenvolvida detalhadamente na segunda parte de minha tese de doutorado. Entrevistei 34 pessoas que se formaram nos anos de 72 e 82, na PUC-SP, USP e FESP (Fundação Escola de Sociologia e Política, antiga Escola Livre de Sociologia e Política - ELSLP). Há um resumo dessa análise no paper "O mundo das ciências sociais: a interação entre o palco e a audiência da profissão", apresentado por mim no GT Educação e Sociedade, do XVII Encontro da Anpocs, em 1993.

13. Sobre a criação da FFCL, ver Limongi, 1989.

## BIBLIOGRAFIA

ABBOTT, Andrew. (1988), *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago, The University of Chicago Press.

BECKER, Howard. (1970), *Sociological work- method and substance*. New Brunswick, NJ, Transaction Books.

\_\_\_\_\_. (1986), *Doing things together*. Evanston, IL, Northwestern University Press.

BONELLI, Maria da Gloria. (1993a), "Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as ciências sociais no sistema das profissões". Tese de doutoramento. Campinas; IFCH/ Unicamp, tese de doutoramento, mimeo.

\_\_\_\_\_. (1993b), "Os sociólogos nos Estados Unidos", in *Ciências Sociais, Hoje*, São Paulo, Anpocs/ Hucitec.

FREIDSON, Eliot. (1986), *Professional powers: a study of the institutionalization of formal knowledge*. Chicago, The University of Chicago Press.

HUGHES, Everett. (1984), *The sociological eye: selected papers*. New Brunswick, NJ, Transaction Books.

LIMONGI, Fernando. (1989), "Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo", in S. Miceli, *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Idesp/Vértice/Finpep.

MICELI, Sergio. (org.). (1989), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo, Idesp/Vértice/ Finpep.

PAHL, R. E. (org.). (1988), *On work: historical, comparative and theoretical approaches*. Nova York e Londres, Basil Blackwell.